

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 446 - Brasília, sexta-feira, 18 de abril de 1997



Marcha dos sem-terra e reforma recebem o apoio de senadores

Movimento repercute no plenário. Parlamentares expressam confiança no diálogo e esperança de que se adotem medidas para implantação das mudanças no campo

A manifestação dos trabalhadores rurais sem-terra em Brasília repercutiu ontem no plenário do Senado, onde parlamentares de diferentes partidos expressaram apoio à implantação da reforma agrária. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que hoje recebe uma comissão de líderes dos trabalhadores, observou que o movimento é justo, mas criticou sua utilização por segmentos

de oposição ao governo. A marcha dos sem-terra foi debatida por Roberto Freire, Eduardo Suplicy, Sebastião Rocha, Romero Jucá, Valmir Campelo, José Eduardo Dutra, Benedita da Silva, Júnia Marise, Gilvam Borges, Lauro Campos, Ademir Andrade e Pedro Simon. Os senadores destacaram o caráter pacífico da manifestação e a esperança de que se encontre logo uma solução para os problemas do campo. Páginas 4 a 6

Reforma da Previdência tem substitutivo

O relator da proposta de reforma da Previdência, senador Beni Veras, apresentou ontem a líderes partidários o substitutivo que oferecerá à matéria. Ele ouviu sugestões, que serão examinadas. **Página 7**

Novas regras para MPs podem ser votadas terça

As novas regras para edição de medidas provisórias devem ser votadas pela CCJ na próxima terça-feira, indo à deliberação do plenário já na quarta-feira. A matéria será debatida na reunião de hoje da comissão. Ontem, os líderes do governo no Congresso, José Roberto Arruda, e do Bloco Oposição no Senado, José Eduardo Dutra, manifestaram disposição para o entendimento. **Página 3**

Cabral leva a resposta do Senado ao STF

O presidente da CPI dos Precatórios, Bernardo Cabral, levou ontem ao ministro Carlos Mário Velloso, do STF, a resposta do Senado à medida liminar concedida pelo ministro em favor de Pedro Neiva. **Página 8**

Abdias defende o ensino de direitos humanos nas escolas

A criação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos foi elogiada ontem pelo senador Abdias Nascimento (PDT-RJ), que afirmou ser "urgentemente necessário" repensar o modelo de polícia vigente hoje no país.

- A polícia brasileira é fruto das milícias estaduais da República Velha, reformada à luz da famigerada doutrina de segurança nacional na ditadura



Abdias Nascimento

militar. Formados na visão do combate ao inimigo interno, os policiais militares carregam

consigo uma percepção frequentemente distorcida da sociedade em que vivem - disse.

Abdias defendeu o ensino de direitos humanos e de combate ao racismo, desde a escola primária, para criar uma nova mentalidade, "contrária às práticas de humilhação e de tortura, infelizmente tão comuns nas relações da polícia com os cidadãos que ela vê como de segunda classe".

Homenagem a Eurico Rezende

O plenário aprovou requerimento do senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) para que seja realizada uma sessão especial do Senado destinada a homenagear o ex-senador Eurico Rezende, que morreu na última segunda-feira (dia 14). A data da sessão ainda não foi marcada.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

9h30 - Recebe representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

11h30 - Recebe o presidente do governo do Reino da Espanha, José Maria Aznar

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa do Senado

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Reexame das PECs que definem novas regras para edição e tramitação de medidas provisórias. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

PREVISÃO DE TRABALHOS PARA A PRÓXIMA SEMANA

Terça-feira (22.04.97)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: ***Projeto de Resolução nº 45/97**, que autoriza o governo do estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com a garantia do Brasil, junto ao Banco Mundial, no valor de até US\$ 100 milhões, cujos recursos serão destinados ao financiamento parcial do projeto de gerenciamento da Infra-estrutura municipal da Bahia, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Urbano Regional (Produr); e ***Projeto de Resolução nº 46/97**, que autoriza o Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo no valor de US\$ 300 milhões, de principal, entre o The Export Import Bank of Japan (Jexim) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Quarta-feira (23.04.97)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

(Obs.: O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente será dedicado a homenagem ao centenário de nascimento de Alfredo da Rocha Vianna Júnior, o Pixinguinha.)

Pauta: Apreciação das seguintes matérias: ***Substitutivo ao PLS nº 207/95**, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848/40 - Código Penal; ***PLS nº 142/96**, que estende o benefício do seguro-desemprego ao pequeno produtor rural; e votação em primeiro turno das ***PECs nºs 1, 4, 11, 20, 65/95 e 7/97 (tramitam em conjunto)**, que tratam da adoção de medidas provisórias; e ***PEC nº 64/95** (quinto e último dia de discussão em primeiro turno), que uniformiza o prazo prescricional nas ações trabalhistas, tornando-o quinquenal para trabalhadores urbanos e rurais.

Quinta-feira (24.04.97)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: ***PLS nº 78/96**, que dispõe sobre a remissão de créditos tributários federais de pequeno valor.

Sexta-feira (25.04.97)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Primeiro dia de discussão, em turno único, da ***PEC nº 4/97**, que trata da reeleição de presidente da República, governadores e prefeitos.

COMISSÕES

Terça-feira (22.04.97)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Reexame das PECs que definem novas regras para edição e tramitação de medidas provisórias. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

Quarta-feira (23.04.97)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: ***PEC nº 53/95**, que acrescenta parágrafos ao art. 14 da Constituição, dispondo sobre a ação de impugnação de mandato eletivo; ***PEC nº 47/95**, que institui a Justiça Agrária; ***PEC nº 12/91**, que cria o Conselho Nacional de Justiça; ***PEC nº 46/95**, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; ***PEC nº 35/96**, que regula a disciplina partidária; ***PEC nº 42/95**, que dispõe sobre a competência privativa da Câmara dos Deputados na iniciativa de leis que instituem ou aumentem impostos; e ***PLC nº 05/97**, que cria, no Serviço Exterior Brasileiro, as carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

11h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Audiência pública com a participação do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Evandro Lins e Silva, que fará exposição sobre a PEC nº 54/95, que trata do efeito vinculante de decisões sumuladas do STF. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - CPI dos Precatórios

Pauta: Depoimento do diretor da empresa Boasatfra, Fausto Solano Pereira; do diretor da IBM Factoring, Ibrahim Borges Filho; do diretor da Split, Enrico Picciotto, e dos ex-office-boys da Split, Alex Sandro Sá Teles dos Santos e Sandro Luís Cipriano. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho Especial

9h às 13h - Seminário Internacional sobre a Previdência

Pauta: A experiência internacional. Auditório Petrólio Portella

14h30 às 18h30 - Seminário Internacional sobre a Previdência

Pauta: Desafios da Seguridade Social no Brasil. Auditório Petrólio Portella

Quinta-feira (24.04.97)

17h - CPI dos Precatórios

Pauta: Depoimento do diretor do Banco Bradesco S.A., Katsumi Kihara; e dos diretores da Arjel, Augusto Cesar Falcão de Queiroz, José Roberto Barbosa Peçanha, Antônio da Cunha Vilas Boas, e Luiz Antônio Mora. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

MEDIDAS PROVISÓRIAS

CCJ vai decidir sobre a nova regulamentação na terça-feira

Líderes do governo, José Roberto Arruda, e do Bloco Oposição, José Eduardo Dutra, manifestam disposição para o entendimento



Josaphat Marinho

Para Josaphat, presidente terá poder ampliado

O substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS) às propostas de emenda constitucional que fazem mudanças na edição de medidas provisórias, fruto de acordo de líderes partidários e do governo, "amplia os poderes do presidente da República, com franca redução da competência do Congresso Nacional", na opinião do senador Josaphat Marinho (PFL-BA).

O substitutivo "é uma matéria inteiramente nova", não se limitando a disciplinar a edição de medidas provisórias, na opinião de Josaphat. "Modificam-se os artigos 48 e 84 da Constituição, precisamente para ampliar os poderes do presidente da República" e, por isso, o senador pediu na sessão de quarta-feira do plenário que o assunto seja analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Para o senador, o substitutivo "modifica substancialmente" o que foi apreciado antes pela CCJ. "Basta que se atente que planos nacionais e regionais passam a ser decididos por ato do Executivo", ponderou Josaphat Marinho. Desde ontem, a CCJ está recebendo emendas ao substitutivo de José Fogaça, as quais serão votadas pelos integrantes da comissão na terça-feira.

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Bernardo Cabral (PFL-AM), concedeu vista coletiva até a próxima terça-feira (dia 22) às propostas de emenda à Constituição que visam fixar novas regras para a regulamentação das medidas provisórias (MPs). Na reunião de ontem, o líder do governo no Congresso, José Roberto Arruda (PSDB-DF), e o do Bloco Oposição no Senado, José Eduardo Dutra (PT-SE), manifestaram disposição para um entendimento sobre a matéria, que continuará a ser discutida pela CCJ hoje, em reunião às 10h.

A questão das MPs voltou à CCJ por decisão do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, após pedido do relator, José Fogaça (PMDB-RS), e ponderações de vários senadores de que o substitutivo apresentado por Fogaça provocava mudanças não apenas no artigo da Constituição que trata das MPs, como também nos dispositivos rela-



Dutra (E) debate com Arruda (D), na reunião presidida por Cabral (C)

tivos às prerrogativas presidenciais.

Após a concessão da vista coletiva, Arruda defendeu a necessidade de as lideranças partidárias continuarem dialogando para a obtenção de um texto que reflita o consenso não só no Senado, mas também na Câmara. Ele lembrou que Dutra já está ouvindo as lideranças opositoristas na Câmara, e que o parecer de Fogaça incorpora pontos do relatório do deputado Aloysio Nunes que representaram consenso entre os deputados.

Arruda também defendeu a necessidade de serem fixadas determinadas responsabilidades que cabem ao Executivo no regime presidencialista, se

se quer a redução do número de medidas provisórias.

PLENÁRIO

À tarde, no plenário, o senador Bernardo Cabral comunicou a decisão da CCJ de reunir-se extraordinariamente ontem pela manhã para examinar as propostas de emenda constitucional e o substitutivo que redefinem a edição pelo governo de MPs.

Cabral disse que hoje, às 10h, a CCJ volta a reunir-se para discutir o assunto, realizando a votação terça-feira e permitindo ao plenário que delibere em definitivo sobre o assunto na quarta-feira (dia 23). Pedro Simon (PMDB-RS) lamentou não ter sido informado da reunião de ontem.

Oposição abre caminho para o diálogo

José Eduardo Dutra afirmou que a oposição está aberta à discussão sobre a retomada das prerrogativas do Executivo com base em um regime presidencialista, e que apresenta, como ponto de acordo, as atribuições do Executivo e

do Legislativo constantes da Constituição "democrática" de 1946.

José Eduardo Dutra admitiu 180 dias de prazo para a vigência de uma medida provisória - 90 dias prorrogáveis por mais 90 -, embora o considere dilatado demais.

- Se é para se trabalhar num acordo, ninguém vai ter o ideal - disse Dutra, para depois informar que, em relação ao artigo 62, específico sobre as medidas provisórias, o Bloco Oposição "tende a fechar com a redação apresentada pelo senador José Fogaça".

Pronunciamentos de senadores em favor da reforma agrária marcaram a atividade do plenário, ontem, em sintonia com a manifestação dos trabalhadores rurais que ocorria



nas imediações do Congresso, em Brasília. Defenderam a necessidade urgente da mudança Sebastião Rocha, José Eduardo Dutra, Roberto Freire, Benedita da Silva e Júnia Marise

Revolução social começou, proclama Júnia



Benedita da Silva

Benedita pede prioridade para questão fundiária

"Que o governo dê à reforma agrária a mesma prioridade que dá à estabilidade econômica do país", defendeu a senadora Benedita da Silva (PT-RJ), sugerindo que o presidente Fernando Henrique Cardoso sente-se e converse com os representantes do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) que irão procurá-lo. Ela acha que, neste momento, o diálogo é o grande instrumento para uma reforma fundiária.

- O que pedimos é que, pura e simplesmente, o presidente da República cumpra os compromissos assumidos durante a campanha eleitoral - disse também a senadora, solicitando a transcrição nos anais do Senado Federal do manifesto do MST.

Para Freire, sociedade agora aceita tese da reforma agrária

Roberto Freire (PPS-PE) afirmou que finalmente "a sociedade se convenceu" da necessidade de uma reforma agrária e passou a apoiar o Movimento dos Sem-Terra (MST).

- Esse movimento não é novo. O novo é a aceitação da tese e a sua força. As Ligas Camponesas pretendiam fazer uma marcha até Brasília, mas



Roberto Freire

o movimento foi destruído pelo regime militar. Há 75 anos, o Partido Comunista do Brasil, hoje Partido Popular Socialista, luta pela reforma agrária - destacou.

Freire ponderou que o governo não quer aceitar que a marcha a Brasília é um sucesso porque suas ações pela reforma agrária foram insuficientes.

Dutra: sem mudança, o Brasil não entra no Primeiro Mundo

O líder do Bloco Oposição, José Eduardo Dutra (PT-SE), afirmou que, ao contrário do que muitos achavam, "o movimento social está vivo, muito vivo". Ele ressaltou que, "além disso, contra toda a campanha desencadeada para criminalizar o Movimento dos Sem-Terra (MST), a sociedade é amplamente favorável à reforma



Dutra

agrária".

- Espero que a marcha dos sem-terra a Brasília sensibilize os três Poderes de que a reforma agrária é uma necessidade, se o Brasil quiser ser de fato um país de Primeiro Mundo - declarou.

A marcha do MST chegou a Brasília um ano depois do massacre que vitimou 19 trabalhadores rurais sem-terra no Pará.

"Está começando neste momento uma grande revolução social e nenhum governo conseguirá detê-la." Assim Júnia Marise (PDT-MG) referiu-se à manifestação dos sem-terra em Brasília, depois de informar ao plenário que passou parte da manhã de ontem conversando com integrantes da marcha à capital federal.

- O escritor português José Saramago disse que o Brasil chegou a uma esquina e agora precisa dobrá-la. Ele tem razão. E dobrar a esquina significa resgatar a dívida social do país, com os sem-terra, os sem-teto e tantos outros excluídos deste país - acentuou.



Júnia Marise

Para Júnia, o presidente da República não tem razão quando afirma que a sociedade precisa dizer se quer acelerar a reforma agrária e, para tanto, deve decidir se quer pagar um imposto para bancar o projeto. "Não se pode falar em falta de dinheiro para a reforma num país onde o governo gasta US\$ 16 bilhões para salvar bancos", observou a senadora.

País aguarda uma decisão política, afirma Sebastião Rocha

Sebastião Rocha (PDT-AP) disse que o país aguarda uma decisão política do governo federal referente ao processo de reforma agrária, acrescentando que a questão dos trabalhadores sem-terra precisa de investimentos imediatos.

Ele assinalou que não é suficiente apenas garantir a ter-

ra a quem não a tem, mas colocar mais recursos no processo, dar condições para que os agricultores possam explorar a terra e produzir alimentos. "Não se fará reforma agrária no país se não houver uma maior disponibi-



Sebastião Rocha

lidade de recursos", afirmou.

Sebastião Rocha destacou que "está muito clara a mensagem que os trabalhadores sem-terra trazem hoje ao país: ou o governo faz a reforma agrária ou os trabalhadores sem-

terra a farão, e isso não é bom para o país". Por isso, segundo ele, é preciso que o governo receba os líderes do movimento com propostas definidas.

O senador elogiou a forma pacífica, ordeira e organizada com a qual o MST organizou a marcha dos sem-terra.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que hoje recebe os líderes dos sem-terra, critica a tentativa de utilização do movimento por segmentos de oposição ao governo, enquanto



Romero Jucá salienta que o país mudou. Pedro Simon destaca a oportunidade de se resolver a questão da reforma agrária e Gilvam Borges observa que "hoje é dia de festa"

ACM: oposição tentou usar o movimento

Gilvam aponta maturidade democrática

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) observou que a maturidade democrática do país pode ser constatada pela manifestação pacífica que o Movimento dos Sem-Terra (MST) está realizando em Brasília, pela disposição do presidente Fernando Henrique Cardoso em dialogar e pelas ações do ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, "que tem lutado para resolver a questão fundiária no país".



Gilvam Borges

- Hoje é um dia de festa. Muita gente ficou apreensiva com essa manifestação na capital federal, mas eu disse que todos veriam a beleza de uma festa democrática, sem armas, sem violência - frisou o senador. Conforme assinalou, "o país vive um momento histórico" em que se discute a questão da reforma agrária, necessária para atender os milhares de brasileiros "despossuídos, sem esperança, sem perspectivas".

Gilvam entende que o governo federal deve controlar os segmentos mais conservadores da sociedade e assimilar as legítimas demandas do MST, usando-as "como incentivo e combustível" para maiores e mais rápidos avanços na questão agrária brasileira. A seu ver, a luta do MST é coerente e humanista, visando "à redenção do trabalhador rural".

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, criticou ontem a utilização do Movimento dos Sem-Terra (MST) por segmentos de oposição ao governo, resultando na perda da autenticidade da marcha sobre Brasília, e afirmou que o movimento continua sendo justo, mesmo que não tenha reunido o número de pessoas previsto.



Antonio Carlos

Na avaliação do senador, o

comparecimento - de 5 mil a 10 mil pessoas no máximo - foi "menor do que a mídia esperava", o que, a seu ver, não prejudica os propósitos do MST. "O movimento é justo, com muita ou pouca gente", disse.

O senador reiterou a disposição do Congresso de priorizar a tramitação de legislação visando à solução dos problemas do campo.

Sobre a hipótese de instituição de um imposto para financiar a reforma no campo, o senador reagiu: "Não se pode penalizar toda a sociedade, inclusive as classes mais pobres, com mais impostos. O governo é que deve planejar cortes onde for conveniente, para fazer aquilo que deve".

O senador receberá as lideranças do MST em audiência hoje, às 9h30, e assegurou que vai "tratá-los com o devido respeito que eles merecem".

O país apostou e ganhou, ressalta Jucá

O senador Romero Jucá (PFL-RR) entende que a presença dos sem-terra em Brasília reflete um movimento que poderá mudar a questão do campo a partir de agora.

Ao hipotecar a sua solidariedade ao Movimento dos Sem-Terra (MST) e defender a implantação da reforma agrária, Jucá afirmou que a participação da sociedade e o apoio dos partidos políticos em favor dos camponeses "não significam um movimento de

oposição ao governo e nem ao presidente da República".

- Amanhã ou depois de amanhã, quando baixar a poeira da caminhada, se verá que o país mudou, se verá também que o país apostou e ganhou. Ganhou o Movimento dos Sem-Terra, porque consolidou a reforma agrária. Mas ganhou também o presidente da República, porque ganhou desse movimento



Romero Jucá

o apoio popular para ampliar ainda mais o grito da reforma agrária - acrescentou.

Segundo Romero Jucá, ao ter o respaldo e a consciência da população de que a reforma agrária é importante, o presidente Fernando Henrique Cardoso ganha um instrumento importante para incrementar as medidas necessárias à solução dos problemas do campo.

Simon vê oportunidade para o governo

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) destacou ontem que o presidente Fernando Henrique Cardoso tem, no momento, a grande oportunidade de marcar a sua passagem pelo governo, sendo sensível, durante a audiência prevista para hoje, às reivindicações dos sem-terra que, "com chuva e com fome", se encontram na Esplanada dos



Pedro Simon

Ministérios..

Para Pedro Simon, Fernando Henrique é o primeiro presidente do Brasil a alcançar maioria absoluta nas duas Casas do Congresso Nacional, tendo, portanto, condições de, hoje, fazer um grande pronunciamento à Nação, reconhecendo o envolvimento da sociedade brasileira "nessa marcha histórica" e anunciando

uma solução para a questão agrária.

Pedro Simon comparou a marcha do MST ao movimento contra a discriminação racial nos Estados Unidos, que, liderado por Luther King, reuniu um milhão de pessoas numa caminhada pacífica sobre Washington, e considerou positiva a decisão do presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, de receber o MST.

O senador Lauro Campos sentiu-se "revigorado no corpo e na consciência", ao acompanhar, na manhã de ontem, a caminhada dos trabalhadores rurais. Eduardo Suplicy e Ademir

MARCHA DOS SEM-TERRA



Andrade esperam uma decisão política de FHC quanto à reforma agrária. Valmir Campelo acha legítima a reivindicação, desde que não seja "na base das invasões e da balbúrdia"

Para Valmir, limites são legalidade e bom senso



Eduardo Suplicy

Presidente teve resposta clara, diz Suplicy

Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou ontem que o presidente Fernando Henrique Cardoso obteve da sociedade a resposta à promessa que fez na semana passada de realizar a reforma agrária reclamada pelo Movimento dos Sem-Terra (MST), se essa fosse a vontade da população brasileira.

Segundo o senador, o aplauso e boas-vindas oferecidos pelo povo ao longo da marcha do MST, que percorreu 1 mil quilômetros e passou por 200 cidades antes de chegar a Brasília, mostram o apoio nacional às pretensões do movimento e confirmam as pesquisas de opinião realizadas em todo o país. "A reforma agrária hoje é uma questão amadurecida e o respaldo da população é impressionante", garantiu.

Suplicy entende que a marcha dos sem-terra tem relação com outras grandes manifestações históricas da sociedade civil brasileira, como o Movimento pela Ética na Política, a Campanha das Diretas, o Impeachment e a Coluna Prestes. Ele ressaltou também a semelhança que tem essa marcha do MST com aquela que, sob a liderança de Luther King, ocupou Washington, em 1963.

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) dirigiu ontem apelo aos líderes do Movimento dos Sem-Terra (MST) para que não desperdicem a oportunidade de realizar uma reforma agrária "justa e sem radicalismos". Segundo ele, a marcha dos sem-terra é um movimento legítimo, que precisa, no entanto, manter-se nos limites da legalidade e do bom senso.

Para o senador, são "ino-



Valmir Campelo

portunas" as interferências que, segundo ele, em nada contribuem para o sucesso do MST, como a marcha paralela dos "Sem-Emprego", patrocinada pela CUT, com "indisfarçável motivação política".

- Reforma agrária é assunto sério, que se resolve com diálogo, entendimento e respeito. Jamais teremos uma reforma agrária completa e justa se ela for realizada no grito, na base das invasões e da balbúrdia - frisou.



Lauro Campos

Lauro atribui a Brasília status de uma polis

O senador Lauro Campos afirmou ontem que o Movimento dos Sem-Terra (MST) transformou Brasília numa verdadeira polis, ao contrário da urbis planejada "pelos discípulos de Corbusier". Ele disse que acompanhou a caminhada durante a manhã e que, debilitado pela idade, sentiu-se revigorado no corpo e na consciência. O feito, a seu ver, foi inverso ao provocado pelo plenário do Senado, "um ambiente em que os ácaros crescem e se multiplicam".

- Nesse país, não são discursos solitários na tribuna que fazem as coisas acontecerem, mas as ruas e estradas, e a multiplicação das vontades individuais que elas permitem - enfatizou Lauro Campos. Para ele, a marcha dos sem-terra já é vitoriosa, pois o presidente da República "voltou atrás após ter ido até ao papa para reclamar da atuação da Igreja junto aos trabalhadores do campo".

Ademir espera que FHC "saia da retórica"

Ademir Andrade (PSB-PA) manifestou ontem esperança de que, com a repercussão da marcha do Movimento dos Sem-Terra (MST) a Brasília, "o presidente Fernando Henrique Cardoso saia da retórica e ouça as reivindicações" que lhe serão feitas hoje pelos representantes dos sem-terra, durante audiência no Palácio do Planalto.

Ao afirmar que o seu partido, o PSB, tem sua base no campo, Ademir Andrade ponderou que "hoje não é um dia de festa, como muitos têm afirmado. É um dia de luto. Há um ano aconteceu o massacre dos 19 sem-terra em Eldorado dos Carajás, no Pará".

- Assim que o massacre ganhou repercussão nacional e

internacional, o presidente Fernando Henrique criou o Ministério Extraordinário da Reforma Agrária. Mas o que foi feito pela reforma desde o assassinato? Nada. É um ministério que só desapropria áreas depois de invadidas - frisou.



Ademir Andrade

O governador Miguel Arraes, conforme Ademir, não veio a Brasília para a manifestação porque decidiu marcar a data recebendo e discutindo com sem-terra, em Recife, soluções para a reforma agrária em Pernambuco. O senador informou ainda ter recebido fax do prefeito de Paragominas, no Pará, denunciando que o Incra nomeou para a unidade avançada do órgão naquele município duas pessoas "comprometidas com o latifúndio".

Reforma da Previdência já tem substitutivo

Beni Veras reúne líderes, apresenta alterações pretendidas e ouve sugestões. Previsão é de que matéria seja votada na Comissão de Justiça na primeira quinzena de maio



O senador Beni Veras (PSDB-CE), relator da matéria no Senado, apresentou ontem a



Beni Veras

líderes partidários na Casa o substitutivo que oferecerá à proposta de reforma da Previdência, e ouviu algumas sugestões dos senadores, que serão por ele examinadas. A previsão é de que a matéria seja votada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na primeira quinzena de maio.

Estavam presentes à reunião os líderes do governo no Senado, Elcio Alvares (PFL-ES); do governo no Congresso, José Roberto Arruda (PSDB-DF); do PMDB, Jader Barbalho (PA); do PSDB, Sérgio Machado (CE); do PTB, Valmir Campelo (DF), além dos senadores Edison Lobão (PFL-MA), Jefferson Peres (PSDB-AM), Ramez Tebet (PMDB-MS) e Vilson Kleinübing (PFL-SC).

SEMINÁRIO

Os desafios da seguridade social no Brasil, a reforma previdenciária e a experiência de outros países no setor serão discutidos no Seminário Internacional sobre a Previdência, a ser promovido pelo Senado Federal, nos dias 23 e 24 próximos. No primeiro dia, a Mesa do seminário será dirigida pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e no dia seguinte, pelo ministro da Previdência, Reinhold Stephanes. As reuniões serão no Auditório Petrólio Portella.

EX-PRESIDENTE DO LÍBANO VISITA SENADO

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem a visita do ex-presidente do Líbano Amin Gemayel, que transmitiu ao senador a expectativa de que o Brasil desenvolva ações políticas e diplomáticas para ajudar a preservar a democracia libanesa

sa e a retirar do país as tropas israelenses e sírias que ainda ocupam partes de seu território.

Gemayel disse que saiu da audiência confiante nesse apoio, lembrando que "o Brasil é pioneiro na democracia dentro da América Latina, assim como o Líbano o foi no

Oriente Médio". A primeira Constituição democrática da região, explicou, foi promulgada no Líbano, em 1926.

Segundo o deputado paulista Ricardo Izar, que acompanhou o encontro, 10 por cento dos parlamentares que integram o Legislativo brasileiro têm raízes libanesas.

ACM quer manter inalterado salário de parlamentar

O senador Antonio Carlos Magalhães defendeu ontem a manutenção do salário de parlamentar no nível em que se encontra. A seu ver, o valor do teto previsto no projeto de reforma administrativa não deve servir como um padrão de referência para novo aumento.

- O teto não é obrigatório para nós, parlamentares. Evidentemente, sou apenas uma voz. Não falo como presidente do Senado, pois teria de consultar a Casa. Falo como senador. Minha opinião é manter como está - disse ele.

O senador afirmou, no entanto, que sua opinião poderá não coincidir com a da maioria dos senadores.

Quanto à informação do Supremo Tribunal Federal, de que o teto está em mais de R\$ 12 mil, total percebido por alguns de seus ministros, Antonio Carlos comentou: "Quem fez o teto foi o Supremo. A classe política está fora disso".

Alves defende estabilidade do funcionalismo público

O senador José Alves (PFL-SE) manifestou-se ontem contra o fim da estabilidade do funcionalismo, e disse que a falta de segurança e a instabilidade podem tornar vulneráveis os servidores e também a própria administração, ficando os seus agentes "à mercê de pressões e caprichos



José Alves

de prepostos políticos".

Alves lembrou que o objetivo do ministro da Administração, Bresser Pereira, é demitir servidores para economizar R\$ 8 bilhões, mas que o governo "dá R\$ 16 bilhões para salvar bancos falidos". Outra contradição apontada foi a de privatizar "uma estatal eficiente e rentável como a Vale do Rio Doce, quando há tantas empresas ineficientes e deficitárias nas mãos do Estado".

Rocha: estatais são mal avaliadas na privatização

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) lamentou que a subavaliação das estatais venha sendo regra no processo de privatização no Brasil. A seu ver, é mais grave no caso da Companhia Vale do Rio Doce.

Segundo disse, técnicos do Ministério de Minas e Energia calcularam em US\$ 350 bilhões o valor das jazidas mi-

nerais da Vale na Amazônia, mas o governo só vai arrecadar pouco mais da metade do preço mínimo estipulado.

- Não nos desfaçamos de nossas fantásticas riquezas naturais a preços irrisórios. Não percamos a dignidade e o respeito no momento em que tivermos que dialogar com outras nações - advertiu Rocha.

CPI DOS PRECATÓRIOS

Cabral leva resposta do Senado ao Supremo

Presidente da CPI dos Precatórios mostra ao ministro Carlos Velloso que não fere qualquer direito constitucional a decisão de rastrear ligações telefônicas de acusados

Amin registra editorial sobre opinião popular

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) registrou, em plenário, o editorial "Reflexão", publicado ontem pelo *Diário Catarinense*,



Amin

que analisa pesquisa na qual a maioria dos entrevistados de Santa Catarina reconhece haver irregularidades na emissão de títulos para pagamento de precatórios.

Na mesma pesquisa, apurou-se que, para a população, a falta de recursos não pode servir de pretexto para procedimentos ilícitos de governantes.

Embora 72% dos entrevistados de Santa Catarina desconheçam o significado da palavra "precatório", 65% estão convictos da existência de corrupção nessas operações com títulos, entendendo que o governador Paulo Afonso Vieira tinha conhecimento dos fatos.

Para Amin, é um acontecimento quase inédito a publicação de editorial como esse na capa do *Diário Catarinense*.

Presidente da CPI dos Precatórios, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) levou ontem ao ministro Carlos Mário Velloso, do Supremo Tribunal Federal, a resposta do Senado à medida liminar por ele concedida em favor de Pedro Neiva, ex-funcionário da prefeitura de São Paulo, suspeito de integrar o esquema montado para lucrar na venda de títulos emitidos para pagamento de precatórios.

Pedro Neiva impetrou *habeas corpus* alegando que a

CPI feriu seus direitos individuais ao determinar a quebra do seu sigilo telefônico. Por entender que o pedido poderia ter fundamento, o ministro concedeu a medida liminar, ressaltando que poderia cancelá-la conforme as informações a serem oferecidas pelo Senado.

Em sua resposta, Cabral sustenta que, em nenhum momento, a CPI feriu direitos individuais assegurados pela Constituição, visto que apenas faz rastreamento sobre as ligações telefônicas dos investigados.



Bernardo Cabral

Lauro lembra que autorizou quebra integral de sigilo

No dia 20 de março, o senador Lauro Campos (PT-DF) autorizou que a CPI dos Precatórios quebrasse seus sigilos bancário, fiscal e telefônico nos últimos vinte anos, conforme ele disse ontem.

Naquela data - acrescentou Lauro - requereu à Mesa do Senado a suspensão da sua imunidade parlamentar enquanto durassem os trabalhos da comissão.

Lauro Campos leu a íntegra das respostas que deu a questionário da CPI enviado aos dez relatores de projetos de lei autorizando emissão de títulos para pagamento de precatórios. Foi ele o autor do parecer favorável à emissão de títulos pela prefeitura de Osasco.

O senador disse que se antecipou à sugestão da CPI, de que os dez senadores autorizassem a quebra de seus sigilos, para que sua atitude fosse adotada também pelos outros nove.

Comissão inicia dia 23 nova rodada de depoimentos

A CPI dos Precatórios, depois de ter definido, nesta semana, o calendário para as próximas reuniões, reinicia na quarta-feira (dia 23), às 17h, a tomada de depoimentos. Nessa data serão ouvidos os diretores da empresa Boasafra, Fausto Solano Pereira; da IBM Factoring, Ibrahim Borges Filho, e da Split, Enrico Picciotto, além dos *office-boys* dessa empresa,

Alex Sandro Sá Teles dos Santos e Sandro Luís Cipriano.

Na quinta-feira (dia 24), também às 17h, prestarão depoimentos à CPI os diretores da Arjel Augusto César Falcão de Queiroz, José Roberto Barbosa Peçanha, Antônio da Cunha Vilas Boas e Luiz Antônio Mora, bem como Katsumi Kihara, diretor do Banco Bradesco S.A.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES VALMIR CAMPELO, BENEDITA DA SILVA, JÚNIA MARISE, ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, ADEMIR ANDRADE, LAURO CAMPOS E PEDRO SIMON

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho -
 Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)
 - Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefones: (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djálba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz e Wesley Carvalho

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio

Essucy

Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.